

Expansão cafeeira e modernização

Nesta aula

Durante o Segundo Reinado (1840-1889), o que sustentava o Império brasileiro era outro “império”: o do café. Veio a República e o “rei café” permaneceu, agora como a semente do progresso.

O café trouxe máquinas modernas, indústrias, bancos, ferrovias, grandes negócios, mas sobretudo divisas, na condição de principal produto de exportação do país. Ao terminar o século XIX, o Brasil controlava o mercado cafeeiro mundial. O café era o símbolo do país no exterior. É sobre esse tema que iremos tratar nesta aula, a partir da seguinte pergunta: qual a importância do café para a economia brasileira na Primeira República?

A expansão cafeeira

Percorrendo o trajeto do Rio de Janeiro até São Paulo, em 1822, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire constatou a penetração da lavoura cafeeira no *vale do rio Paraíba*. A nova cultura, que recobria os arredores da cidade do Rio de Janeiro desde o final do século XVIII, começava a avançar pelo território fluminense e paulista.

Entre 1830 e 1870, a região do vale do Paraíba fluminense e paulista foi a grande produtora de café no Brasil. No Rio de Janeiro, Vassouras era uma das cidades cafeeiras mais importantes.

Penetrando pelo vale do Paraíba, a onda verde dos cafezais chegou ao oeste paulista e à *Zona da Mata* de Minas Gerais. A partir de 1870, o processo de expansão da lavoura cafeeira ganhou um poderoso impulso e transformou essas áreas no centro dinâmico da economia brasileira. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo inverso de decadência na produção de café no vale do Paraíba.

As razões desse declínio foram, principalmente, a escassez de terras próprias para o cultivo, o esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e os métodos de desmatamento sem limites. A cultura do café, predatória e intinerante, foi assim avançando, com os fazendeiros prosseguindo na derrubada de imensas florestas virgens, ricas em madeiras.

Inicialmente o transporte do café, como os demais produtos agrícolas do país, era feito em lombo de burro. As despesas com o transporte das tropas, por caminhos cada vez mais distantes, exigiu a introdução das ferrovias. Assim, a expansão cafeeira deu origem a profundas transformações nos transportes, com a implantação das primeiras estradas de ferro.

Durante muito tempo, o café – como produto de exportação – serviu de apoio à economia brasileira.



Em São Paulo e Minas Gerais, as ferrovias anunciavam a fronteira verde. Junto delas surgiam cidades.

A expansão cafeeira resultou, portanto, na ampliação das plantações e na multiplicação dos municípios. No estado de São Paulo, apenas na última década do século XIX, foram criados 41 municípios, em regiões de povoamento recente.

Para garantir trabalhadores para essa expansão acelerada, a solução encontrada pelos cafeicultores paulistas foi contar com o governo para incentivar a vinda de imigrantes para o trabalho nos cafezais da região. O estado de São Paulo, e depois o próprio governo da União, tendo em vista a supremacia dos interesses da cafeicultura paulista, financiavam a passagem de famílias de imigrantes (especialmente italianos) para o Brasil, sua hospedagem e a viagem que precisavam fazer em território brasileiro. Já no início do século XX, também famílias japonesas viriam em grande número para a lavoura cafeeira da região.

Em São Paulo, o sistema de trabalho adotado nos cafezais foi o **colonato**. Compreendia uma remuneração fixa para a família de colonos pelo trato de um determinado número de cafezais. E essa remuneração variava de acordo com o número de pés de café colhidos e o direito ao plantio de uma roça e à criação de pequenos animais dentro da propriedade cafeeira.

Já a expansão cafeeira em Minas Gerais e nas áreas mais novas do estado do Rio de Janeiro beneficiou-se do esvaziamento das antigas áreas cafeeiras do vale do Paraíba e contou quase sempre com famílias de trabalhadores brasileiros. O sistema de trabalho adotado nesses estados foi a **parceria** (divisão dos resultados da colheita da família do colono com o dono da terra, em geral deduzindo as despesas feitas pelo proprietário). A parceria também previa o direito da família de trabalhadores ao plantio de uma roça e à criação de pequenos animais dentro da propriedade cafeeira.

Na fase republicana, o café foi também o principal responsável pelas rendas do governo federal, quase todas advindas do imposto de exportação. A supremacia das oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais na *política dos governadores* fazia com que, de fato, se confundissem os interesses dos cafeicultores e os interesses do país.

A condição de quase monopólio mundial, que o Brasil detinha, permitia que o Estado comprasse os excedentes da produção cafeeira em caso de superprodução, evitando a baixa dos preços internacionais. Esse expediente, adotado pela primeira vez em 1906, seria repetido com frequência durante toda a Velha República. Isso fazia da cafeicultura verdadeiramente um “negócio da China”.

Essa prosperidade da economia cafeeira teve efeitos multiplicadores. Direta ou indiretamente, o crescimento urbano e industrial do país, concentrado nas áreas cafeeiras desde meados do século XIX, tem a ver com a onda verde dos cafezais e, em especial, com as atividades de comercialização do café. Em 1907, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo já reuniam 49% dos estabelecimentos industriais do país (33% no Rio de Janeiro e 16% em São Paulo).



O porto de Santos foi sendo modernizado e aparelhado para atender à exportação de bens produzidos na região Sudeste, e acabou crescendo mais que o porto do Rio de Janeiro.

O comércio em expansão fez crescer as cidades e, junto, vieram os bancos. O aumento populacional e a infra-estrutura urbana que se formava permitiram o surgimento de mercados locais que, desde o final do século XIX, fizeram surgir inúmeras pequenas manufaturas. Muitas empregavam máquinas e em algumas trabalhavam dezenas de trabalhadores.

As origens da indústria no Brasil nos levam a uma época anterior a 1888/89 e, portanto, à sociedade escravista do século XIX. Nas primeiras fábricas brasileiras, trabalhava um número considerável de escravos, muitas vezes ao lado dos operários livres.

No último ano da Monarquia, em 1889, havia cerca de 600 estabelecimentos industriais, entre os quais figuravam indústrias de tecidos, de alimentos, de produtos químicos, de vestuário, de madeira e de metalurgia.

Na década seguinte, 1890-1899, ocorreu a primeira expansão industrial significativa. Passamos a importar menos produtos de consumo leve, como vestuário, alimentos, tecidos etc., e mais máquinas e equipamentos industriais. O setor têxtil era a base da indústria nesse período. As grandes indústrias da Primeira República seriam, principalmente, do ramo de tecidos.

Ao mesmo tempo em que proliferavam as manufaturas, formavam-se impérios industriais. Grandes fazendeiros de café entraram para a atividade fabril, aplicando nesse setor o capital excedente (que sobrava) dos lucros da comercialização do produto. Cafeicultores de São Paulo, como os Prado e os Oliveira Pentecostado, chegaram ao século XX, dedicando-se a bancos, fábricas de vidro, vestuário e tecelagens. Prósperos comerciantes também começaram a participar das atividades industriais, como o carioca Eugênio Mariz de Oliveira, que dirigiu a Tecelagem Votorantim em São Paulo.

Outros grandes capitães de indústria eram imigrantes que nunca precisaram passar pela enxada ou pela fábrica. Deviam sua fortuna inicial ao comércio, sobretudo de importação.

A ação urbanizadora do café permitiu também a modernização das grandes cidades. Nelas surgiram bancos e ampliaram-se os portos e os serviços urbanos.

O aparecimento das grandes cidades, à medida que avançava o processo de urbanização, exigia a realização de uma série de obras – transportes, luz elétrica, água e esgoto etc. – para cuja execução tornavam-se necessárias grandes somas de dinheiro, conseguidas basicamente por meio de empréstimos externos (obtidos fora do país). Muitos dos serviços de grande vulto, ligados à infraestrutura urbana que ia se desenvolvendo, pertenciam a empresas estrangeiras. Uma delas era a canadense *Light e Power Co.*, proprietária de companhias de gás, água, esgotos, luz e energia elétrica, transportes urbanos e telefones, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A luz elétrica substituiu o lampião a gás, enquanto o bonde aposentava a tropa de burros na cidade.

Um slogan da época do Império dizia: “o café dará para tudo”.

O Brasil tornou-se uma República e o café afirmou-se como principal produto econômico do país.

Expandindo-se em ondas verdes, os cafezais ocuparam enormes territórios no Rio de Janeiro e em São Paulo, Minas Gerais e outros estados. Daí surgiu uma nova classe dirigente, mais poderosa que os antigos barões do açúcar. Na sua marcha, o café foi criando cidades e fazendo fortunas.

Em grande parte, o processo de crescimento urbano e industrial brasileiro esteve, sem dúvida, associado aos caminhos que o café foi percorrendo na região Centro-Sul do país.



O tempo não pára

Na Primeira República, o crescimento das atividades industriais ocorreu dentro de um país agrário: uma república de plantadores.

Sem perder suas características agrárias e somente a partir dos anos 30, o país viveria um processo de industrialização efetivo, promovido em boa parte pelo próprio Estado.

Relendo o texto

Exercícios

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no vocabulário da Unidade e no dicionário.

1. Releia **A expansão cafeeira** e:
 - a) identifique as razões do declínio da lavoura cafeeira no vale do Paraíba;
 - b) retire do texto o trecho que trata da importância das ferrovias para a expansão da lavoura cafeeira;
 - c) identifique as duas formas de trabalho adotados na lavoura cafeeira.
2. Releia **Crescimento industrial e urbanização** e:
 - a) retire do texto o trecho que trata dos investimentos cafeeiros na indústria;
 - b) retire do texto um trecho que relacione **expansão cafeeira** e **urbanização**.
3. Dê um novo título a esta aula.

Fazendo a História

Leia com atenção o texto abaixo e faça os exercícios:

(...)“ é o Brasil o país que atualmente produz 3/5 partes do total desse artigo [o café], e por isso assumiu uma espécie de monopólio; e a produção de qualquer mercadoria em tais condições faz pesar a imposição sobre o consumidor, que tem de sujeitar-se aos preços dos mercados produtores.

A posição de preço de café nos dois últimos anos tem sido lisonjeira. O aumento progressivo do consumo, a produção diminuta de quase todos os centros produtores, fizeram subir os preços a quase 80%.

A riqueza incontestavelmente maior em todas as classes ou a abundância do dinheiro fizeram, apesar dos preços sempre crescentes, entrar o café no uso doméstico da classe menos abastada e até da proletária; e hoje pode-se considerar esse gênero como artigo de alimentação necessário para os habitantes de ambos os hemisférios.”

Fonte: jornal **A Província de São Paulo**.

1. Extraia do documento o trecho que descreve os fatores que permitiram o aumento do preço do café.
2. Segundo o documento, quem eram os consumidores do café brasileiro?

